18º ENPESS
Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia

O CORPO A PARTIR DE UMA ANÁLISE MARXISTA-FEMINISTA: UM OLHAR PARA AS DETERMINAÇÕES ECONÔMICAS, SOCIAIS E HISTÓRICAS SOBRE OS CORPOS FEMININOS E NEGROS.

LARISSA SOUZA PINHEIRO[1]

RESUMO

A partir do método materialista-histórico-dialético de Marx e da noção feminista de consubstancialidade das relações de sexo, raça e classe, faremos um apanhado histórico do processo de preparação e disciplinamento social dos corpos negros e femininos para o capitalismo. Com o objetivo de analisar as determinações econômicas, sociais e históricas que agem sobre eles na sociedade do capital.

Palavras-chave: Corpo; Marxismo; Feminismo; raça; relações patriarcais de sexo;

RESUMEN

Basado en el método materialista-histórico-dialéctico de Marx y la noción feminista de la consustancialidad de las relaciones de sexo, raza y clase, brindaremos un panorama histórico del proceso de preparación y disciplinamiento social de los cuerpos negros y femeninos para el capitalismo. Con el objetivo de analizar las determinaciones económicas, sociales e históricas que actúan sobre elles en la sociedad del capital.

Palabras clave: Cuerpo; Marxismo; Feminismo; raza; relaciones patriarcales de sexo;

1. Introdução

O corpo, assunto por tempos evitado pelo marxismo, campo onde nos localizamos como pesquisadora e não só, de onde partimos para ver e pensar o mundo, se encontra no centro

[1] Universidade Federal da Paraíba

ISSN 2965-2499

do debate disciplinar essencial para o capitalismo desde o seu processo de acumulação primitiva. Corpo esse, que se pertencer a uma mulher ou a uma pessoa negra, alcançou o ápice da intervenção capitalista, do Estado e das religiões.

Sendo assim, pensar o corpo deve ir além das análises performativas, meramente culturais ou descoladas das determinações econômicas, sociais e históricas. O corpo é a base material de onde se extrai o lucro capitalista, é ele, transformado pelo capital em máquina de produzir força de trabalho, que nos materializa no mundo e que sente as tensões, contradições, os efeitos psicológicos e de saúde no processo de destruição da vida produzida pela forma de ser capitalista.

Foi em nome da máxima exploração do corpo como máquina de produzir força de trabalho que se escravizou um continente inteiro, dizimou-se milhares de etnias, torturaram e queimaram mulheres por séculos, que se mapeou cada movimento do operariado e formulou-se cada ideologia necessária para enquadrar o corpo nas exigências de produção e lucro capitalista. Ou seja, não se trata de uma mera redução subjetivista olhar para o corpo como objeto de análise.

Sendo assim, nesse trabalho faremos um apanhado histórico do processo de preparação e disciplinamento social do corpo para o capitalismo a partir da acumulação primitiva do capital, que envolve a caça às bruxas, a escravização dos negros e negras e a expansão colonial. Dessa forma, trataremos dos corpos mais violentados nesse processo, sendo eles os corpos negros e femininos.

Faremos isso apoiadas no método materialista-histórico-dialético de Marx, para quem, conhecer a realidade implica transgredir a mera aparência em que se mostra o objeto, e avançar no conjunto de determinações e de relações constituintes com as quais interage. Este processo somente se estabelece com a análise das condições materiais em que os homens e mulheres vivem. É nessa característica do seu pensamento que se encontra a dimensão da totalidade, uma categoria que compreende não a soma das partes de um todo, mas sim o modo pelo qual as partes se articulam nas suas relações e processualidade.

É na perspectiva da totalidade que buscaremos analisar o objeto desse trabalho, não de forma isolada, mas na sua relação com as determinações que formam relações sociais mais amplas, nas suas contradições, mediações, possibilidades e expressões na realidade concreta. É assim, em busca de nos reapropriarmos do debate material que deve ser feito sobre o corpo e as tensões que o envolvem numa sociedade capitalista-racista-patriarcal, que construiremos o debate teórico-conceitual proposto nesse trabalho.

ISSN 2965-2499

Para isso, o trabalho seguirá a seguinte lógica de exposição: após essa introdução, discutiremos como o corpo das mulheres passou por um processo violento de disciplinamento e rebaixamento para que a entrada delas no capitalismo fosse marcada por serem despossuídas do seu próprio corpo e da força de trabalho que produzem, para que assim pudessem ser usadas de forma não paga nos trabalhos de reprodução social indispensável ao modo de produção capitalista. Na parte seguinte, trataremos dos corpos das mulheres negras, na perspectiva de compreender os impactos que a colonialismo e o racismo trazem para a conformação corporal delas.

Por fim, traremos algumas notas conclusivas, que mesmo não esgotando o tema, procura demarcar a necessidade de uma analise material do corpo e da multiplicidade de determinações que o atravessam numa sociedade capitalista, racista e patriarcal.

2. ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DO CAPITAL: caça às bruxas, disciplinamento do corpo e degradação social das mulheres para o capitalismo

> "A humanidade sempre teve medo de mulheres que voam, sejam elas bruxas, sejam elas livres."
> (Mulheres livres, Ana Diogo)

A acumulação primitiva do capital se configurou como a fase de acumulação originária necessária para ser ponto de partida ao modo de produção capitalista. O central desse período foi a separação dos produtores dos meios de produção, ou seja, os servos feudais foram convertidos em trabalhadores livres sendo destituídos de todos os seus meios de produção e de sobrevivência. Marx (2012, p. 514) nos fala sobre como isso é pressuposto primeiro da produção capitalista:

> A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como "primitiva" porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.

Marx analisa esse processo no livro I de O Capital, porém, sem fazer menção a caça às bruxas que vigorou durante quase três séculos na Europa. Por isso, corroborando com Federici (2017), no seu livro "O Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva", queremos

ISSN 2965-2499

analisar esse processo histórico para além da formação do proletariado assalariado masculino e do desenvolvimento da produção de mercadorias, como fez Marx, mas também, analisar do ponto de vista das mudanças que a acumulação primitiva introduziu na posição social das mulheres e no enquadramento dos seus corpos na moderna divisão sexual do trabalho, no confinamento doméstico e na desapropriação dos seus próprios corpos.

Para as mulheres, o sistema feudal foi um avanço importante, pois com o pouco poder que exerciam sobre a propriedade privada, a implementação de terras comunais (bosques, pradarias, lagos e pastos) eram para elas um espaço no qual podiam desenvolver relações de solidariedade entre si, além da possibilidade de realizar alguns pequenos trabalhos de forma autônoma aos homens, o que lhes garantia expandir a sua autonomia e complexificar o desenvolvimento da sua sociabilidade. (FEDERICI, 2017)

Como o trabalho no feudalismo estava concentrado na garantia da subsistência familiar, a Divisão Sexual do Trabalho também tinha uma importância e peso menor na vida das mulheres, pois o trabalho reprodutivo ainda não era desvalorizado e categorizado como um “não trabalho”, todo trabalho que contribuía para sustento e reprodução da família era importante.

Diferente do que podemos ser levados a pensar, o feudalismo passou longe de ser um modo de produção e organização social estático, pois houve várias insurgências organizadas contra o poder feudal. Os camponeses passaram a questionar o fato da terra não pertencer apenas a quem nela trabalhava, passando a tolerar cada vez menos as obrigações servis impostas pelos seus senhores.

Uma das formas de resistência mais fortes e emblemáticas da idade média foram os movimentos Heréticos. Eles foram os primeiros a propor uma sociedade alternativa ao feudalismo que fosse pautada na igualdade e sem hierarquias sociais, surgiram entre os séculos XII e XIII, e segundo Federici (2017, p. 66), unificaram “todos os párias do poder feudal: prostitutas, padres afastados do sacerdócio, trabalhadores urbanos e rurais.”

Os movimentos heréticos começaram a se organizar principalmente contra a ordem religiosa e a corrupção que havia entre os seus sacerdotes, mas rapidamente passaram a questionar a ordem vigente e a reivindicar uma mudança na organização social. Logo a heresia popular, e as muitas seitas que a formavam, passaram a se organizar muito menos como uma forma alternativa de interpretação religiosa e muito mais como forma de protesto que reivindicava uma democratização total da vida social.

Com programas sociais claros e bem definidos, o movimento herético perdurou por mais de três séculos na Europa Medieval, e uma das suas principais características era o papel designado pelas mulheres no interior da sua organização. Além de terem os mesmos direitos que os homens nas seitas hereges, elas eram a maioria nesses movimentos, pois não eram apenas o alvo mais atingido pelas regras impostas pela igreja, elas também eram a maioria entre os mais pobres, sendo assim estavam na base do perfil herético: as classes populares e os perseguidos pela igreja.

Além de questionarem a ordem vigente e de organizarem os camponeses e trabalhadores urbanos em torno de ideias comunais, a heresia popular também desafiava a moral sexual e os costumes em torno da reprodução. Muitas seitas hereges permitiam a convivência entre homens e mulheres na mesma casa sem casamento, alguns membros também praticavam celibato e há evidências[2] que as mulheres tinham controle das suas práticas reprodutivas e praticavam abortos como uma das formas de controle de natalidade. Como as seitas hereges eram formadas pela parte mais empobrecida das aldeias e cidades, para eles, não se reproduzir servia como protesto social (FEDERICI, 2017).

Esse comportamento entre os hereges provocou duras respostas da igreja, que há pelo menos cinco séculos, havia lançado um processo de politização da sexualidade. Ela a condenava como objeto de vergonha e culpava centralmente as mulheres pelo alto desejo sexual dos homens. Embora a politização e controle da sexualidade pela igreja tenha começado antes dos movimentos heréticos, foi com o surgimento deles, a partir do século XII, que a igreja lança um controle ainda mais duro e patriarcal sobre ela.

Com isso, temos a determinação feita pelos concílios de Latão de 1123 e 1139, do casamento como um sacramento que não poderia ser desfeito por nenhum poder, o fortalecimento e endurecimento das penitências para a prática de ato sexuais fora dos permitidos pela igreja e, no fim do século, como os concílios de 1189, a intensificação dos ataques contra a sodomia que atingia diretamente a homossexualidade e a realização de atos sexuais não procriadores.

O movimento Herético foi perseguido e combatido com grande violência, foi como resposta a ele que ocorreu a primeira cruzada organizada contra Europeus e que a instituição mais perversa da história foi convocada: a santa inquisição. Se as respostas da igreja já se

[2] Federici (2017, p. 84) nos traz que existe uma grande quantidade de registros que mostram que as principais penitências aplicadas pela igreja contra as mulheres hereges dizem respeito justamente ao uso de contraceptivos naturais e métodos abortivos, o que nos aponta que elas exerciam algum controle sobre a sua reprodução. Além disso, muitas mulheres hereges praticavam a castidade e a sodomia como controle de natalidade.

ISSN 2965-2499

endureciam no século XII, antes dos aspectos da crise do sistema feudal se aprofundarem, nos séculos XIV e XV, na baixa Idade Média, isso se tornou ainda mais organizado e se ampliou para uma resposta organizada por igreja e Estado absolutista.

As mulheres, que já eram a maioria nas seitas hereges desde que elas surgiram no século XII, passaram a ser ainda mais importantes no cenário de resistência ao feudalismo e ao capitalismo que se formava na baixa Idade Média. Logo, no final do século XV, a imagem da herege e da resistência campesina e de trabalhadores urbanos, passou a ser a figura de uma mulher. Com isso, temos uma mudança na perseguição da santa inquisição e do Estado absolutista, o que antes era direcionado aos hereges de uma forma geral passa a ser direcionado à figura chave dessa movimentação: as mulheres. Foi assim que se iniciou uma campanha misógina da Igreja e do Estado que deu origem a caça às bruxas.

A primeira medida tomada por essa campanha de disciplinamento das mulheres foi o surgimento de uma política sexual que transformava os antagonismos de classes, que fervilhavam naquele período, em hostilidade contra as mulheres. Para isso, por toda a Europa surgiram legislações que praticamente legalizaram o estupro contra mulheres proletárias, além disso, a prostituição foi institucionalizada com a abertura de bordéis municipais, que eram geridos pelo Estado e financiados com impostos. Federici (2017, p. 103) nos diz sobre como essa política foi degradante para as mulheres de todas as classes e como foi a base para a instaurar a caça às bruxas no momento seguinte:

> Na Veneza do século XV, o estupro de mulheres proletárias solteiras raramente tinha como consequência algo além de um puxão de orelhas, até mesmo nos casos frequentes de ataque em grupo .(...)Para estas mulheres proletárias, tão arrogantemente sacrificadas por senhores e servos, o preço a pagar foi incalculável. Uma vez estupradas, não era fácil recuperar seu lugar na sociedade. Com a reputação destruída, tinham que abandonar a cidade ou se dedicar à prostituição. A legalização do estupro aprofundou o clima intensamente misógino que degradou todas as mulheres, qualquer que fosse sua classe e insensibilizou a população frente à violência contra as mulheres, preparando o terreno para a caça às bruxas.

Essa política sexual, além de ter aumentado a misoginia e a naturalização da violência contra as mulheres, também teve como resultado o desgaste da solidariedade de classe entre trabalhadores e trabalhadoras. A igreja, que também apoiou a legalização da prostituição, encarava a abertura de bordéis públicos como um enfrentamento às práticas sexuais hereges, bem como a sodomia e para as práticas sexuais não procriadoras. Assim, a concretização dessa política sexual marcou a unidade entre igreja, a nascente burguesia e a nobreza, que no ápice das

ISSN 2965-2499

lutas dos trabalhadores urbanos e camponeses precisaram unir forças para barrar o inimigo comum e escolheram como alvo central as mulheres.

A escolha desse alvo não foi por acaso, como já mencionamos, as mulheres ocupavam importante papel nas seitas hereges e nos motins organizados contra os cercamentos. Além disso, controlar as mulheres e retirar delas o seu controle sobre a reprodução, destruir a solidariedade construída por elas fosse nas terras comunais, fosse nos processos de resistência, era essencial para garantir a reprodução da força de trabalho no ritmo necessário para a sociabilidade capitalista que nascia.

Os primeiros julgamentos por bruxaria começaram a acontecer no final do século XIV, onde foram registradas as primeiras seitas hereges completamente femininas condenadas pela inquisição. Aos poucos, a inquisição foi deixando as condenações por heresia para trás e passando a condenar cada vez mais por bruxaria, até que no início do século XVI até a metade do século XVII, a heresia passou a ser um crime quase esquecido, e a bruxaria viveu o seu ápice de julgamentos e condenações (FEDERICI, 2017).

Apesar de existir semelhanças entre as acusações que a santa inquisição fazia contra hereges e bruxas, a bruxaria tinha particularidades bem definidas: primeiro, era um crime praticado por mulheres, mais de 80% das condenadas por bruxaria eram do sexo feminino; segundo, é que as acusações se centravam principalmente em demonização de práticas contraceptivas e curativas, acusações de infanticídio e práticas de abortos.

Foi justamente durante os piores anos de caça às bruxas que as mulheres foram sendo proibidas de serem curandeiras e parteiras. No final do século XVI, o parto deixa de ser um assunto exclusivamente feminino para virar um trabalho feito, quase exclusivamente, por homens no século seguinte. Esse fato vai além da perda de postos de trabalhos especializados pelas mulheres, mas sim, mais um indício de exclusão das mulheres do controle dos seus processos reprodutivos.

Com isso, a primeira síntese que podemos fazer sobre a caça às bruxas é que ela foi uma guerra organizada contra as mulheres. Guerra que teve como um dos seus objetivos principais destruir um conjunto de práticas e saberes femininos que garantiam a elas o controle sobre a reprodução, sobre seu próprio corpo e sobre suas formas organizativas de resistência e solidariedade. Ou seja, depois do surgimento da propriedade privada masculina, que impõe a monogamia apenas para as mulheres, a caça às bruxas foi outro grande marco histórico que colocou o controle do corpo feminino no centro das transformações societárias correntes, fazendo

ISSN 2965-2499

com que aspectos materiais e ideológicos fossem mobilizados para manter nossos corpos e subjetividades a disposição dos homens e do capitalismo nascente.

No século XVI, a caça às bruxas passou a ser realizada também por cortes seculares indo para além dos julgamentos da Santa Inquisição. Por toda a Europa, Estado e religião, protestante e católica, fizeram uma campanha de perseguição à bruxaria e executaram mulheres de todos os lugares. Ou seja, longe de representar o estereótipo de que a caça às bruxas foi responsabilidade de um fanatismo religioso e irracional orquestrado pela igreja, essa guerra contra as mulheres teve um caráter eminentemente político e contou com o apoio do Estado, de cientistas políticos[3], estudiosos e inclusive de uma grande campanha midiática que envolveu artistas da época.

A partir disso, a segunda síntese que podemos fazer sobre a caça às bruxas é do seu caráter eminentemente político, que foi essencial para conter a revolta dos trabalhadores no processo de transição para que o capitalismo pudesse se estabelecer. Com o horror da bruxaria espalhada por toda a Europa, era difícil manter a solidariedade de classe entre os trabalhadores, afinal, qualquer um poderia ser um acusador ou um acusado. Como provar que alguém era de fato bruxa ou não? Como se defender de uma acusação como essa? Além, claro, do desgaste e degradação das mulheres, figuras centrais na organização política do período.

Junto da caça às bruxas, a guerra contra as mulheres veio acompanhada de outras iniciativas que eram impostas pelas mudanças da época. A misoginia e degradação social das mulheres também mudou de forma central a relação delas com o trabalho, a perda do controle sobre a procriação e sobre seus corpos, além de privá-las da sua integridade física e mental, degradou a maternidade à condição de trabalho forçado confinando as mulheres a atividade reprodutiva, bem quando o trabalho reprodutivo perdia importância econômica com o fim da economia de subsistência do feudalismo.

Assim, as mulheres foram sendo colocadas como figuras centrais dos trabalhos de reprodução da classe trabalhadora ao tempo que esse passou a ser visto como um não trabalho. Ou seja, as mulheres passam a se configurar como não vendedoras da sua força de trabalho, visto que era necessário para o capitalismo nascente que ele fosse realizado de forma não paga e sem restrições.

Os padrões de feminilidade e masculinidade também passaram por transformações nesse período. As mulheres passam a ser vistas como inferiores e dependentes dos comandos

[3] Thomas Hobbes, que até hoje é referência no debate em torno da organização do Estado moderno, foi um dos teóricos que apoiou a caça às bruxas como método de controle social (FEDERICI, 2017)

ISSN 2965-2499

masculinos. A ideologia construída em torno da caça às bruxas e da degradação social da mulher que veio com ela, as colocava como luxuriosas, selvagens, instáveis, demasiadamente emocionais, vaidosas e indomáveis, características passíveis de castigos e que precisavam ser destruídas. Assim, segundo Federici (2017, p. 205), o novo padrão de feminilidade exigido passa a ser “A mulher e esposa ideal — passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas.”

Com isso, nós temos a criação de dois padrões de sexualidade e comportamento feminino que são vivos e convivem até os dias atuais: a mulher de desejo sexual insaciável, indomável, capaz de conquistar qualquer coisa através do sexo, de destruir famílias e que merece e deve ser castigada; e do outro a mulher submissa, dependente, frágil, maternal e que deve ser o padrão a ser seguido por todas as mulheres.

Assim, a feminilidade se torna mais que um simples padrão de comportamento, atuando na sociedade capitalista como uma forma de tornar o trabalho realizado pelas mulheres e a própria produção de nova força de trabalho como um destino biológico natural e inquestionável. Com isso, cresce a pressão estética sobre os corpos femininos, pois seguir o padrão do que é considerado “positivamente feminino” segue à risca uma lógica racista e de controle e adestramento da “feminilidade dócil”: magreza (aqui podendo variar de acordo com o tempo histórico), a ausência completa de pelos, cabelos sempre comportados e lisos, mamilos e vulvas claras e delicadas, voz doce, aveludada e baixa, simpatia, doçura e habilidades domésticas e maternais formam a “mulher de verdade”.

Esse padrão ao mesmo tempo que exclui mulheres negras, gordas, com deficiência e não ocidentais, as colocando num patamar ainda mais rebaixado do que é ser mulher, também as ocupa, de uma forma geral, em busca desse padrão perfeito. Isso faz com que historicamente mulheres se submetam a vários procedimentos corporais que vão desde uma simples pintura de unhas ou cabelo, até cirurgias plásticas que envolvem refazer a vulva ou o hímen, passando por vários procedimentos estéticos dolorosos, desconfortáveis, invasivos e desnecessários cotidianamente.

Esse processo de padronização dos corpos femininos irá se expressar ideológica e subjetivamente, na medida em que faz com que parte das obrigações e preocupações femininas perpassem pelo culto desordenado ao “corpo perfeito” e as tendências da moda. Dessa forma, é que desde muito cedo a preocupação com o peso, a forma de se vestir e a adequação ao senso

ISSN 2965-2499

estético de cada época se torna parte central da formação da personalidade das mulheres ao longo do tempo.

Por isso não nos surpreende que, segundo a Associação Americana de Psiquiatria[4], transtornos alimentares como a bulimia e anorexia nervosa afetam mulheres em cerca de 95% dos casos diagnosticados. Ou seja, o ataque ideológico sobre o corpo das mulheres é tão violento que faz com que elas adoeçam na tentativa de se adequar aos padrões patriarcais. É importante dizer que essa imposição da preocupação estética como "coisa de mulher" as empurram mais uma vez as ocupações da vida privada e cotidiana, somando mais uma sobrecarga mental que retira tempo livre e de fruição das mulheres.

Além disso, esse padrão não cria só uma "norma", passa longe de ser um fenômeno apenas no campo das chamadas "performances de gênero". Esse disciplinamento do corpo feminino, que é atravessado pela divisão sexual do trabalho, pelo confinamento doméstico, pela violência misógina e pela desapropriação dos corpos feminizados, não fica apenas no campo da cultura ou da estética, se materializa em desigualdade salarial, em empobrecimento massivo das mulheres, em dificuldades organizativas e de formação da consciência militante feminista[5] e envolve um conjunto de relações sociais, que organizadas pelas classes dominantes, colocam as mulheres, seu trabalho, tempo, corpos e subjetividades a disposição do capitalismo patriarcal.

Por isso concordamos com Kergoat (2018, p.23) ao afirmar que "trabalhadora não é o feminino de trabalhador", pois as mulheres não são apenas exploradas pelo sistema capitalista, elas são expropriadas de si mesmas, material e mentalmente, pelo sistema patriarcal, que tanto se apropria do seu trabalho de forma não paga, quanto o oferece de forma desvalorizada, mal paga e precarizada para valorização do capital. Portanto, reafirmamos, em corroboração com Ávila (2011, p. 65) que "a força de trabalho que se vende é indissociável do corpo que a porta, e as suas formas de apropriação e exploração estão definidas não só pelas relações de classe, como também de raça e de gênero"

Federici (2023) ainda acrescenta que a tentativa de reduzir o corpo das mulheres a uma máquina não foi mais sistêmica e brutal em qualquer outro tempo histórico que na escravidão, fato que aprofunda os efeitos desse sistema racista-patriarcal-capitalista sobre os corpos das mulheres negras e indígenas, nos aprofundaremos nesse aspecto no ponto seguinte desse trabalho.

---

[4] Disponível em: https://revistamarieclaire.globo.com/saude/noticia/2024/03/por-que-as-mulheres-sao-mais-propensas-a-desenvolver-transtornos-alimentares-do-que-os-homens.ghtml. Acesso em: 18/08/2024.

[5] Para se aprofundar nesse conceito consultar Cisne (2014).

ISSN 2965-2499

2.1 RACISMO, COLONIZAÇÃO E O CORPO DA MULHER NEGRA.

O período histórico que marca o processo de acumulação primitiva do capital, não foi marcado apenas pela caça às bruxas, aconteceu ao mesmo tempo que se iniciava a colonização nas américas e que os negros africanos eram escravizados, sendo impossível não haver ligação entre esses processos históricos. Principalmente, tendo em vista que são os mesmos sujeitos responsáveis pela realização dos três acontecimentos, o homem europeu que caçava bruxas é o mesmo que escravizava e colonizava em outras terras. Federici (2017, p. 380) nos fala do padrão de continuidade entre os acontecimentos na Europa, nas Américas e na África:

> Há continuidade entre a dominação das populações do Novo Mundo e a das populações da Europa, em especial as mulheres, durante a transição ao capitalismo. Em ambos os casos, populações inteiras foram expulsas de suas terras pela força, houve um empobrecimento em grande escala e campanhas de "cristianização" que destruíram a autonomia das pessoas e suas relações comunais. Também houve uma influência recíproca entre os dois processos, por meio da qual certas formas repressivas que haviam sido desenvolvidas no Velho Mundo foram transportadas para o Novo e depois reimportadas para a Europa.

Embora o processo de colonização passe por outras determinações sociais que o vivenciado na caça às bruxas na Europa, existem traços em comum na prática de degradação social das mulheres e nas estratégias utilizadas para dividir a resistência dos povos tradicionais das Américas. A estratégia de desumanização e demonização de populações inteiras é o elo que evidencia esse padrão, afinal é necessário desumanizar aqueles que se deseja escravizar.

Segundo Almeida (2019), a utilização da raça como uma forma de categorizar seres humanos surge em meados do século XVI. Ao mesmo tempo em que o Iluminismo pregava a ideia de razão e direitos universais e representava a vitória da "civilização", ele serviu de base para o colonialismo, onde levar "civilização" para onde não a existia teve como fruto a escravidão, a espoliação e o extermínio de milhares de povos. Assim, a raça emergiu:

> Como um conceito central para que aparente contradição entre universalidade da razão e o ciclo de morte e destruição do colonialismo e da escravidão possam operar simultaneamente como fundamentos irremovíveis da sociedade contemporânea. Assim, a classificação de seres humanos serviria, mais do que para o conhecimento filosófico, mas, como uma das tecnologias do colonialismo europeu para a submissão e destruição de populações das Américas, da África, da Ásia e da Oceania (ALMEIDA, 2019, p.28).

Vários filósofos, antropólogos e sociólogos, entre os séculos XVI e XIX, lançaram mão de diversas formulações que comparavam os povos colonizados a animais, retratando-os como selvagens, que não tinham história, cultura e nem racionalidade. Entre eles, Hegel (2012, p. 42),

ISSN 2965-2499

para quem, os africanos eram “sem história, bestiais e envoltos em ferocidade e superstição”. Essas análises que dominaram a teoria social nesse período, se utilizaram da estratégia de desumanizar os sujeitos explorados para justificar a sua exploração, coisa que é comum ao racismo até os dias atuais para justificar a violência e as práticas discriminatórias contra a população negra, mostrando a força e a atualidade das práticas colonialistas e racistas na contemporaneidade.

Mesmo que essa concepção de raça como uma categorização de inferioridade tenha sido descontruída por boa parte da antropologia e da biologia do século XX, negando a ideia da existência de uma outra raça biológica entre os seres humanos, sendo a concepção de raça hoje apenas sociológica e política, o racismo já estava implantado como um processo político, ideológico, cultural e histórico, sendo estrutural na sociedade capitalista.

No Brasil, durante todo o século XX, colocou-se em prática uma política de embranquecimento, através da imigração de povos europeus com incentivo do Estado com terras e trabalho, enquanto os negros lidavam com o processo de marginalização pós-abolição da escravidão, onde nenhum direito lhes foi garantido. Além disso, o mito da democracia racial, que romantiza a miscigenação e fala que todo mundo é “misturado” e, por isso, não se tem racismo no Brasil também era construído. Ou seja, se o racismo que marca os primeiros séculos da sociedade capitalista era aberto e escancarado, o que observamos no século XX e nessas primeiras décadas do século XXI é um racismo que se molda às demandas da sociedade capitalista e se utiliza cada vez mais da sua face ideológica de forma mascarada. Assim, nas palavras de Almeida (2019, p. 63):

> O racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais. Em outras palavras, o racismo só consegue se perpetuar se for capaz de: 1. Produzir um sistema de ideias que forneça uma explicação “racial” para a desigualdade racial; 2. Construir sujeitos cujos sentimentos não sejam profundamente abalados diante da discriminação e da violência racial e que considerem "normal" e “natural” que no mundo haja “brancos” e “negros”.

O racismo, então, se estrutura na sociedade capitalista como mais uma forma ideológica, política, econômica e material de produzir subjetividades e diferenças no interior das classes para intensificar a exploração do trabalho. Assim, a divisão racial do trabalho, impõe, através da noção de raça e do racismo, que os negros são desprovidos de inteligência e civilidade, por isso, devem assumir apenas os trabalhos braçais.

ISSN 2965-2499

Além disso, a noção de bestialidade com qual a raça foi associada entre os séculos XVI e XIX, também os empurra para os trabalhos mais pesados e penosos. Da escravidão, onde essas noções foram exploradas da forma mais intensa e aberta, aos dias atuais, nos quais se naturaliza os negros nos piores empregos e condições de trabalho, ou seja, a partir da discussão de meritocracia, o capitalismo segue se utilizando do racismo para superexplorar a força de trabalho negra.

A partir da noção de raça e racismo, podemos perceber que as mulheres negras são atravessadas por duas relações estruturantes que podem, em um primeiro momento, parecer contraditórias. Se por um lado, no padrão de feminilidade patriarcal, as mulheres são vistas como naturalmente mais delicadas, castas, maternais, frágeis e determinadas ao ambiente privado, e por outro, os negros são vistos pelo racismo como fortes, aptos aos trabalhos manuais e pesados, como naturalmente violentos e depravados, como as mulheres negras são impactadas por essas duas relações de exploração, opressão e dominação?

Ao contrário de ser uma contradição, essas relações se materializam para mulheres negras como uma forma ainda mais intensificada de exploração, opressão e violência, fruto da articulação entre as relações patriarcais de sexo, raça e classe nas suas vidas. Traremos uma parte do discurso de Soujener Truth, mulher negra que foi escravizada nos Estados Unidos em entre 1777 e 1797, proferido como uma intervenção na *Women's Rights Convention* em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851, e que ilustra como se processa essa relação:

> (...) Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus, me ouviu!

Diferente das mulheres brancas, as mulheres negras sempre ocuparam o espaço público e foram exploradas no trabalho pesado. Nas lavouras da escravidão, por exemplo, tinham as mesmas funções que os homens negros. Não foi construído sob seu corpo uma imagem de frágil e dócil, pelo contrário, as mulheres negras são vistas como fortes e é sob esse estigma que a violência doméstica e obstétrica[6] é ainda mais naturalizada e atinge em maiores números a elas.

[6] Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência obstétrica envolve um conjunto de práticas de abuso, desrespeito e maus-tratos realizados por instituições e profissionais da saúde durante a gestação, o parto e o pós-parto, incluindo o atendimento ao abortamento. Essas práticas podem ser, por exemplo, negar o direito de acompanhante a

ISSN 2965-2499

Não são vistas também como naturalmente castas, mas como disponíveis e hiperssexualizadas a serviço masculino. Davis (2016, p.17) nos fala sobre isso:

> Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras. O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero.

E embora Davis (2016) nos traga que a forte exploração do trabalho sofrida pelas mulheres negras no período da escravidão as colocava no mesmo patamar que os homens, no que diz respeito a capacidade de trabalho, a autora também nos traz que as violências e castigos se davam de forma diferenciada para as mulheres, revelando as particularidades do seu sexo:

> Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p. 19).

Outro aspecto que particularizava a exploração das mulheres na escravidão era a forma que elas, além de serem utilizadas como força de trabalho, também eram produtoras de nova força de trabalho. Assim, segundo Davis (2016), a capacidade reprodutiva das mulheres também era um forte fator avaliado no comércio negreiro da escravidão. É importante dizer, que levando em consideração isso, os senhores de escravos se utilizavam e intensificavam os estupros contra as mulheres negras como uma forma de aumentar a força de trabalho disponível.

Dessa forma, mulheres negras vão ter os seus corpos e o produto deles coisificados e comercializados. Forja-se uma realidade material onde o corpo da mulher negra é explorado como o de qualquer homem no trabalho braçal, é colonizado e expropriado como os territórios tradicionais e os produtos dos seus corpos, ora são mercadorias, ora são os jovens que podem ser exterminados pela prática violenta e assassina da polícia com seus ranços escravistas.

As mulheres negras serão consideradas fora do padrão ideal de “feminilidade dócil” construído na caça às bruxas, elas vão ser lidas socialmente como “barraqueiras”, “agressivas” e “sexualmente disponíveis”, por isso, seus corpos estão mais expostos a castigos e violências, pois esse é um padrão de feminilidade que precisa ser destruído. Essa realidade somada a ideia

gestante, a prática de corte do períneo de forma desnecessária, a utilização da Manobra de Kristeller, que é agressiva e consiste em pressionar a parte superior do útero para acelerar a saída do bebê, entre outras formas de violação (OMS, 2017).

ISSN 2965-2499

racista de que são mais “fortes”, faz com que essas violências sejam ainda mais naturalizadas e aconteçam de forma muito mais intensa e pública que contra mulheres brancas.

Carneiro (2003) nos aponta que estar fora desse padrão de “feminilidade dócil” também impacta o acesso de mulheres negras ao trabalho formal. Esse viés racista do mercado de trabalho vem disfarçado sobre a chamada “boa aparência”, que muitas vezes quer dizer: não ser negra. Assim, as mulheres negras vão sendo empurradas para os trabalhos mais precarizados, mal remunerados, com uma exploração sobre seus corpos e vidas ainda mais intensificados sob a articulação do sistema racista-patriarcal-capitalista.

Além disso, na questão da autonomia reprodutiva, mulheres negras sofreram muito mais com as intervenções do Estado e do Capital. Se durante a escravidão elas tinham seus corpos violados em nome da produção de nova força de trabalho, no pós abolição até início dos anos 2000, Estado, terceiro setor e organismos financeiros, principalmente em países latino-americanos, financiaram e submeteram milhares de mulheres negras a esterilização forçada, as culpabilizando pela miséria e as acusando de serem reprodutoras de pobreza. Esse processo racista de embranquecimento populacional e de alta intervenção sobre os corpos das mulheres negras, era mascarado pela justificativa de controle de natalidade e planejamento familiar enquanto na verdade representa o projeto patriarcal e racista que controla quando, onde, como e quais mulheres podem ter e cuidar dos seus filhos.

A partir do apontado até aqui, concordamos com Federici (2023, p.22) que a história do “corpo” deve ser “interligada às histórias daqueles que foram escravizados, colonizados ou transformados em trabalhadores assalariados ou donas de casa não remuneradas”, procurando desvendar não apenas os efeitos dos “poderes” sobre o corpo, como fez Foucault, mas desvendar as origens e relações sociais que mediam esses poderes.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o corpo numa perspectiva marxista e feminista se apresenta como um desafio teórico-metodológico indispensável para começarmos a reconectar as determinações de uma sociedade capitalista, racista e patriarcal e seu projeto de disciplinamento do corpo para a máxima exploração do capital. Principalmente numa época em quem ele tem sido reduzido a mero acessório performativo, descolado de todas as forças materiais que o atravessam, ou ainda, sido

ISSN 2965-2499

aprisionado em determinações meramente biológicas, onde a simples codificação genética é capaz de determinar todas as ações, gostos e modos assumidos por ele em sociedade.

Assim, longe de esgotarmos esse debate, que ainda carece de mais atenção e formulação no interior do marxismo, queremos demonstrar que não existe apenas uma história do corpo, mas múltiplas histórias, que precisam ser consideradas a partir das determinações de raça, classe e sexo, para que assim possamos compreender as forças sociais que agem sobre ele.

Dito isso, é importante dizer, que o controle dos corpos das mulheres segue sendo central para produção e reprodução do sistema capitalista, principalmente em tempos de crise do capital, para quem é imprescindível alargar ao máximo as formas de exploração sobre nossos corpos e mentes. Dessa forma, o que assistimos no atual quadro de crise estrutural do capitalismo é um processo de ataque misógino contra as mulheres tão intenso quanto foi a caça às bruxas. Seja para garantir a acumulação primitiva, seja para arcar com os impactos da crise, as mulheres seguem tendo seus corpos transformados em campos de batalha, tratados como colônias que podem ser ocupados, explorados e violados, principalmente se tratando de mulheres negras.

Isso porque, ainda que o capitalismo tenha avançado nas tecnologias de automatização da produção, a mais-valia segue sendo gerada apenas pelo trabalho vivo, nas palavras de Marx (2017, p. 690) “a cumulação do capital é, portanto, a multiplicação do proletariado”, daí a necessidade do capital de controlar o processo reprodutivo das mulheres. Essa necessidade segue firme e intensa na contemporaneidade, basta vermos os inúmeros ataques e retrocessos no campo da justiça reprodutiva em todo o mundo, vide a derrubada do direito federal ao aborto legal nos EUA em 2022, ou os inúmeros projetos ainda mais criminalizantes e restritivos que volta e meia surgem no congresso brasileiro.

Por fim, queremos reforçar que a análise do corpo deve ultrapassar a mera leitura das suas representações na escola, no quartel, no cárcere e na família, ela deve levar em consideração antes, que essas representações se organizam para garantir a transformação do corpo em máquina de produzir mais-valia. Além disso, ela deve levar em consideração a multiplicidade de formas que isso aconteceu, tendo em vista que as mulheres se caracterizam nesse sistema por serem despossuídas do seu próprio corpo, gerando tanto um desconhecimento e estranhamento da sua própria realidade corporal, quanto garantindo que esse corpo seja explorado, violado e subjugado de forma intensa e cruel.

REFERÊNCIAS

ISSN 2965-2499

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólem, 2019.

ÁVILA, Maria Betânia. **As mulheres no mundo do trabalho e a relação corpo e sujeito.** Cadernos de Crítica Feminista, nº 4, ano V, p. 6-28, dez. 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento:** contribuições do feminismo negro**.** In: Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa:** mulheres corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

_____. **Além da pele:** repensar, refazer e reivindicar o corpo no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

GAGO, Verônica. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

GONZÁLEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na cultura brasileira.** In: Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019.

KERGOAT, Danièle. **Lutar dizem elas.** Recife: SOS corpo, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O capital:** crítica da economia política. Livro I. Boitempo, 2017.